



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Ministerial
Área Jurídica

Caderno de Prova, Cargo ADC , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Justiça: como entendê-la?

A justiça pode ser definida nos termos dos dicionários: a virtude que consiste em dar a cada um, em conformidade com o direito, o que por direito lhe pertence. Essa é a justiça jurídica, por assim dizer. Mas há outras acepções. Do ponto de vista filosófico, a justiça é um discernimento intrínseco à consciência humana, capaz de distinguir entre o bem e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto. O homem sabe que a quebra dos princípios norteadores da consciência e da conduta provoca o desequilíbrio, o conflito, a guerra, o extermínio.

Muitos pensadores sustentaram (ou ainda sustentam) a idéia de que cabe à lei definir o que é justo e o que é injusto. Nesse limite, justo é o que está permitido em lei, injusto o que está proibido. Mas fica difícil aceitar esse equacionamento quando vem à mente o caso dos regimes autoritários – do fascismo, por exemplo – capazes de legislar em causa própria, quando o poder executivo se assenhora do poder legislativo e o transforma num palco de legitimação. Talvez aquela identificação automática entre lei e justiça tivesse como fundamento a crença em que um governante jamais se valeria de seu poder para prejudicar o bem comum.

Para Hans Kelsen, a justiça é a felicidade social. Mas aí deve-se discutir o conceito de felicidade, tão complexo quanto o de justiça. O que é a felicidade de uns pode ser a infelicidade de outros. Quando fala em “felicidade da justiça”, Kelsen está propondo que a felicidade individual deve transfigurar-se em satisfação das necessidades sociais.

Sempre haverá a necessidade de um critério para se compor uma hierarquia de valores, a partir da qual se defina o que é justo e o que é injusto, o que é desejável e o que é indesejável. Qual valor poderia ser absoluto: o da vida ou o da liberdade? Dirão uns que a vida é o bem supremo; dirão outros que a liberdade é o bem maior, já que sem ela a própria vida não tem sentido.

Em meio a esses dilemas, na dinâmica dessas oscilações, fazem-se e promulgam-se leis e mais leis, variam os paradigmas culturais, e o sentimento real da justiça figura como uma das mais problemáticas aspirações humanas.

(Adaptado de Rosana Madjarof: www.mundodosfilosofos.com.br)
13/04/2006

1. Segundo a argumentação desenvolvida no texto, a definição de **justiça** é problemática porque
 - (A) uma permanente variação de critérios, valores e paradigmas impede a estabilização desse conceito.
 - (B) os regimes autoritários acabam determinando, pela força da lei, o que é justo e o que é injusto.
 - (C) nenhuma cultura aceita que os códigos da lei sejam capazes de regulamentar o que deve e o que não deve ser aceito.
 - (D) os filósofos pouco se ocuparam com o que é o **justo**, preferindo aceitá-lo como atributo inerente à condição humana.
 - (E) há relutância em se aceitar a identificação entre justiça e felicidade, na qual o conceito do que é o **justo** poderia se estabilizar em definitivo.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Nos regimes autoritários, como o fascista, o **justo** não se identifica diretamente com o que dispõe a lei.
 - II. A definição de Hans Kelsen é problemática porque nela o conceito de justiça está diretamente relacionado a outro conceito igualmente problemático.
 - III. O homem ignora que as conseqüências da quebra dos princípios norteadores da conduta são os conflitos e os profundos desequilíbrios sociais.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma **SO-MENTE** em

 - (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de uma expressão ou frase do texto em:
 - (A) os princípios norteadores da consciência = as especulações iniciais do saber.
 - (B) discernimento intrínseco à consciência humana = distinção convencionalizada pelo homem.
 - (C) é difícil aceitar esse equacionamento = é problemático confrontar essa incógnita.
 - (D) o transforma num palco de legitimação = vale-se dele para encenar uma falsa legitimidade.
 - (E) na dinâmica dessas oscilações = na ratificação desses valores.

<p>4. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:</p> <p>(A) Sempre haverão critérios distintos a cada vez que se quiserem estabelecer os valores de uma determinada hierarquia.</p> <p>(B) A eliminação de quaisquer critérios que possam inspirar um norteamento das ações humanas levariam os homens à barbárie.</p> <p>(C) Não convém aos homens iludir-se com a fixação de valores que, por sua própria natureza, recusam-se a estabilizar-se.</p> <p>(D) O que para uns, nos mais diversos casos, podem representar experiências de felicidade, para outros implicará momentos de angústia.</p> <p>(E) Não se registra, na história da civilização, épocas em que os homens tenham sido capazes de um real consenso quanto ao que é justo.</p>	<p>8. <i>Sempre haverá a necessidade de um critério para se compor uma hierarquia de valores, a partir da qual se defina o que é justo e o que é injusto.</i></p> <p>Na frase acima,</p> <p>(A) a expressão <i>da qual</i> refere-se a <i>uma hierarquia de valores</i>.</p> <p>(B) a palavra <i>necessidade</i> é retomada na expressão <i>a partir da qual</i>.</p> <p>(C) é igualmente correto o emprego do plural <i>para se comporem</i>.</p> <p>(D) a expressão <i>a partir da qual</i> pode ser corretamente substituída por <i>de cuja</i>.</p> <p>(E) a expressão <i>se defina</i> pode ser corretamente substituída por <i>venham-se definir-se</i>.</p>
<p>5. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>a quebra dos princípios norteadores provoca o desequilíbrio</i>, a forma verbal resultante será:</p> <p>(A) são provocados.</p> <p>(B) provocam-se.</p> <p>(C) será provocada.</p> <p>(D) é provocada.</p> <p>(E) é provocado.</p>	<p>9. Está inteiramente correta a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) A justiça, para Hans Kelsen e para aqueles que seguem suas teses vem sempre relacionada a um sentimento de felicidade social.</p> <p>(B) Quando se confina o que é justo, aos limites do que é legal, restringe-se a questão milenar da justiça, à letra positiva de um código.</p> <p>(C) Felizes os tempos, em que se alimentava a crença no discernimento infalível dos soberanos e portanto, na infalibilidade da justiça que dele emanava.</p> <p>(D) Para muitos filósofos desde a antigüidade clássica, o conceito do justo alinhava-se entre outros atinentes, todos, ao campo da ética e da moral.</p> <p>(E) Na identificação entre justiça e felicidade, a definição deste segundo conceito revela-se, no mínimo, tão problemática quanto a do primeiro.</p>
<p>6. Está correto o emprego de ambas as expressões sublinhadas na frase:</p> <p>(A) A consciência humana, <u>em cuja</u> é difícil se fixar um valor moral, é levada a estabelecer um conceito de justiça <u>do qual</u> os homens pudessem se satisfazer.</p> <p>(B) A consciência humana, <u>à qual</u> cabe discernir os valores essenciais, esbarra na definição de justiça, conceito <u>a que</u> faltam precisão e rigor.</p> <p>(C) As leis do direito, <u>nas quais</u> geram tantas controvérsias, são os instrumentos <u>em que</u> dispomos para tentar regular nossas ações.</p> <p>(D) Não falta aos juristas, <u>a quem</u> contamos para a proposição de leis, conhecimento técnico – que não é, todavia, suficiente para estabelecer o consenso <u>de que</u> aspiramos.</p> <p>(E) Para Hans Kelsen, <u>de onde</u> se citam algumas idéias, a “felicidade da justiça” é uma expressão <u>em cuja</u> os homens deveriam buscar inspiração.</p>	<p>10. Estão corretamente empregados e flexionados todos os verbos da frase:</p> <p>(A) Quando o poder executivo atribue-se a iniciativa de legislar, frustam-se irremediavelmente as expectativas de equilíbrio entre os poderes.</p> <p>(B) É preciso que se discernam bem entre o justo e o injusto, antes de se formular conceito mais duradouro de justiça.</p> <p>(C) Quanto mais definições do que é justo se proporem aos juristas, mais questões serão levantadas pelos filósofos.</p> <p>(D) Não contribui para o debate que se vier a estabelecer sobre a justiça qualquer posição que seja discriminatória.</p> <p>(E) Benvindo seja todo e qualquer avanço que provir da discussão dos valores humanos, como o da justiça.</p>
<p>7. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Nem mesmo o mais rigoroso dos dicionários são capazes de definir com precisão o sentido que os homens desejam discernir entre os conceitos fundamentais.</p> <p>(B) Quando se divergem, a filosofia e o direito acabam por criar um espaço de hesitação para os conceitos, que seriam tão desejáveis estabelecer para a ação humana.</p> <p>(C) Tanta dificuldade enfrentada na definição dos nossos valores essenciais demonstra que não dispomos de convicções absolutas, de princípios realmente duradouros.</p> <p>(D) Tanto a felicidade como a justiça devem de ser discutidos sobre os parâmetros instáveis da nossa consciência, o que torna problemáticos tanto um quanto outro.</p> <p>(E) Não se esperem que nossos valores essenciais possam ser definidos sem controvérsias, pois as mesmas fazem parte da dinâmica que se rege o nosso pensamento.</p>	

Atenção: As questões de números 11 a 15 referem-se ao texto que segue: um trecho das memórias do poeta pernambucano Manuel Bandeira.

Quando um poeta faz crítica...

*Tempo houve em que, parte por necessidade, parte por presunção, andei escrevendo sobre música e sobre artes plásticas. Na **Idéia Ilustrada**, revista editada por Luís Aníbal Falcão, colaborei com resenhas críticas de concertos, e em certa revista musical, cujo nome me esqueceu. N **'A Manhã**, convidado por Cassiano Ricardo, mantive uma seção diária sobre artes plásticas. Fiz parte da tropa de choque que defendeu, apregooou e procurou explicar a arte nova de músicos, pintores, escultores e arquitetos modernos. Pouco a pouco, porém, fui perdendo não só a presunção como também o entusiasmo. É que os artistas só nos reconhecem, a nós poetas, autoridade para falar sobre eles quando os lisonjeamos. Caso contrário, não passamos de poetas.*

(Manuel Bandeira, **Itinerário de Pasárgada**. Rio de Janeiro: editora do Autor, 3.ed., p. 109, 1966)

11. Considere as seguintes afirmações:

- I. Confessa o poeta que resolveu se promover a crítico de arte mais por necessidade econômica do que por vaidade pessoal.
- II. Em suas atividades como crítico de música e de artes plásticas, o poeta mostrou-se identificado com os valores da arte moderna.
- III. Na última frase do texto, refere-se o autor a uma visão pejorativa de que os poetas podem ser vítimas.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

12. *Pouco a pouco, porém, fui perdendo não só a presunção como também o entusiasmo.*

Considerando-se o contexto, o sentido da afirmação acima está preservado, em redação correta, na frase:

- (A) Fui-me curvando, no entanto, pouco a pouco, não apenas à vaidade como igualmente ao ânimo.
- (B) Paulatinamente, todavia, foram arrefecendo tanto a minha pretensão como o meu ardor.
- (C) Cada vez mais, entretanto, diminuí tanto a minha convicção quanto a minha animosidade.
- (D) Gradativamente, no entanto, debilitei-me ora na minha expectativa, ora no meu ímpeto.
- (E) Lentamente, ainda assim, vi-me fugir não apenas o que presumia como também o que me arrebatava.

13. O verbo **parecer** deverá flexionar-se numa forma do **singular** para preencher de modo correto a lacuna da frase:

- (A) Duas forças combinadas ter movido o poeta para a atividade de crítico de música e de artes plásticas.
- (B), freqüentemente, depreciativos os termos com os quais artistas de outras áreas se referem aos poetas.
- (C) A muitos poetas não que criticar obras de músicos ou de artistas plásticos seja uma arrogante extrapolação.
- (D) Os julgamentos que mais irritar os artistas são aqueles em que não há lisonja ou fácil benevolência.
- (E) Em poucas culturas conviver em harmonia as atividades dos artistas e as dos críticos de arte.

14. Há **falta** ou **ocorrência indevida** do sinal de crase em:

- (A) Ao aludir a tropa de choque dos artistas modernos, o poeta-crítico mostrou-se alinhar à uma tendência da linguagem da época.
- (B) Não cabe à crítica apenas dar valor a uma determinada obra de arte; cabe a ela, igualmente, aspirar à orientação do artista, em suas futuras iniciativas.
- (C) Entre a poesia e a crítica de arte, Manuel Bandeira se refere àquela com mais carinho, pois foi como poeta que deu impulso maior à imaginação.
- (D) Convidado a colaborar como crítico de arte, o poeta não se fez de rogado e se entregou a essa tarefa com ânimo e expectativa.
- (E) Nem sempre é dada a quem compõe ou pinta a compreensão necessária para atribuir à crítica a utilidade que esta pode ter.

15. Os tempos e os modos verbais estão corretamente empregados e adequadamente articulados na frase:

- (A) Tempos haverá em que coubessem a todos, indistintamente, ficar exercendo o direito inalienável da crítica.
- (B) Quando se é movido pela necessidade econômica ou pela velha vaidade humana, não houve como recusar um convite para que se fosse exercer a crítica.
- (C) Mantive por algum tempo uma seção diária no jornal, onde fizesse de tudo para defender os ideais dos artistas modernos.
- (D) Não fora a necessidade, a que se veio somar alguma presunção, talvez Manuel não tivesse aceitado o convite que lhe fizeram.
- (E) À medida que fosse exercendo sua atividade de crítico, Manuel Bandeira tinha constatado que o ofício era bem mais penoso do que imaginasse.

16. Analise o texto abaixo.

Milhares de famílias acompanharam a manifestação. Os estudantes sabem que não querem o CPE (Contrato do Primeiro Emprego), mas parecem não ter clareza do que querem no lugar, questão primordial num país onde o desemprego de jovens de 15 a 24 anos é de quase 22%, mais que o dobro da taxa nacional (9,6%).(...) “O CPE é discriminatório, pois se volta para os jovens, enquanto o desemprego é um problema nacional” diz a funcionária pública Brigitte.

(Folha de São Paulo, A29, 19/03/06)

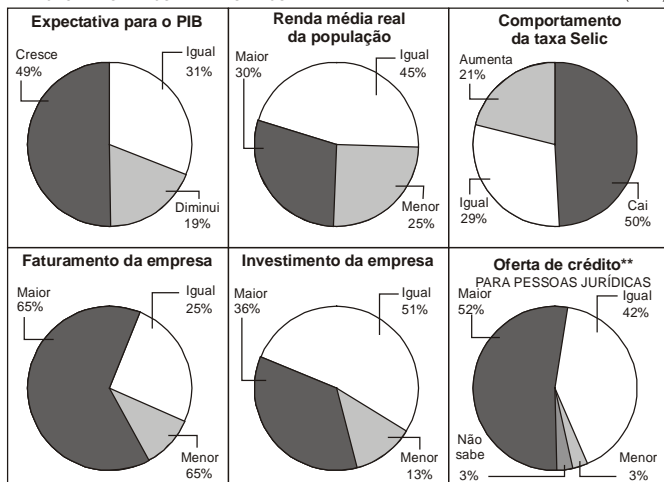
Considerando a evolução do capitalismo, o problema a que se refere a notícia sobre as recentes manifestações ocorridas na França pode ser associado aos impactos

- (A) da política de estatização da economia que enfraquecem os sindicatos operários.
- (B) do processo de globalização que fragilizam o Estado de Bem-Estar Social.
- (C) do protecionismo econômico que prejudicam os trabalhadores do campo.
- (D) da política intervencionista do Estado que promovem a desigualdade social.
- (E) do processo de adesão à União Européia que empobrecem a classe trabalhadora.

17. Considere os gráficos abaixo.

Opinião das empresas sobre tendências dos principais indicadores socioeconômicos e dos negócios para este ano em relação a 2005

EM PORCENTAGEM DOS ENTREVISTADOS * (Brasil)



* 960 empresas ** Base: Instituições financeiras

Fonte: Serasa

Fonte: (Adaptado de O Estado de São Paulo, PB3, 09/04/06)

A análise dos dados dos gráficos permite afirmar que no contexto de desenvolvimento econômico do país as empresas brasileiras apostam, para o ano de 2006, na

- (A) permanência da estagnação da economia, estimulada pelo desastre cambial, pelo grande investimento estatal em infra-estrutura e pela queda gradual dos juros.
- (B) redução do crescimento da economia nacional, estimulada pelo fraco investimento governamental e pela política ousada do Banco Central.
- (C) retração do desenvolvimento do parque industrial, estimulada pela política de arrecadação, pelo desemprego e pela política de juros altos.
- (D) aceleração da taxa de desemprego urbano, estimulada pelo descumprimento das metas fiscais, pelo atraso na aprovação do orçamento e da queda dos juros.
- (E) continuidade de crescimento da massa salarial, estimulada pela recuperação do emprego, pelo aumento da oferta de crédito e pela redução dos juros.

18. Considere o texto abaixo.

O Senado aprovou projeto de lei que impõe restrições às campanhas eleitorais. O texto proíbe showmícios, outdoors, a distribuição de brindes e camisetas, cenas externas nos programas eleitorais de TV... Um item determina que nos programas de rádio e de TV dos candidatos, “somente poderão participar o candidato e filiados ao seu partido”.

(Adaptado de Folha de São Paulo, 19/04/06)

Segundo alguns analistas políticos, a nova lei possui caráter

- (A) corporativista, uma vez que concede o direito de fazer propaganda política somente aos inscrito em algum partido da oposição.
- (B) democrático, uma vez que amplia a participação política a todos aqueles que não estão associados a algum partido político.
- (C) autoritária, uma vez que acaba com a liberdade de expressão para os que não pertencerem a alguma agremiação político-partidária.
- (D) moralista, uma vez que impede os debates políticos entre aqueles que não estão vinculados a alguma agremiação político-partidária.
- (E) liberal, uma vez que obriga os grupos da sociedade civil a darem apoio público a determinados candidatos de algum partido político.

19. Considere o texto abaixo.

Nenhum país pode ser privado do direito de pesquisar e enriquecer urânio para fins pacíficos, mas tem de cumprir obrigações e compromissos internacionais...Esse direito é assegurado pelos tratados internacionais, mas é preciso honrar seus compromissos...

(Folha de São Paulo, A10, 19/04/06)

Para o autor do texto, o Irã tem o direito de enriquecer urânio para fins pacíficos, mas deve

- (A) cooperar com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).
- (B) desobedecer as determinações do Conselho de Segurança da ONU.
- (C) impedir a fiscalização nas usinas produtoras de armas atômicas pelos EUA.
- (D) permitir a intervenção nas pesquisas nucleares da União Européia (EU).
- (E) apoiar o programa nuclear da Comunidade dos Estados Independentes (CEI).

20. Na realidade do mundo atual, a seleção de imagens e de informações, aliada à possibilidade de transmitir a versão dos fatos que mais interessa ao grupo social defendido pela rede de televisão ou pelo jornal, tornou-se uma das mais exclusivas e bem protegidas fontes de poder. Neste contexto, pode-se afirmar que, na passagem do século XX para o século XXI, a riqueza passou a ter duas novas e poderosas formas de expressão:

- (A) o controle dos centros de produção, consumo e difusão de cultura e o domínio de técnicas de *marketing*.
- (B) a acumulação primitiva de capital financeiro e a propriedade ou controle de grandes empresas de propaganda.
- (C) a propriedade de mecanismos transistorizados ou motorizados e o controle na aprovação de leis no legislativo.
- (D) o domínio de tecnologia de ponta e a propriedade ou o controle dos meios de comunicação de massa.
- (E) o domínio das técnicas de gestão empresarial e a propriedade dos grandes meios de produção de cultura.

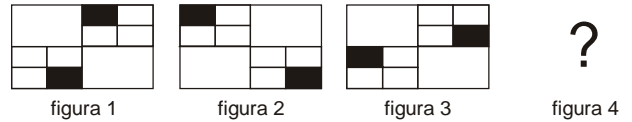
21. De um grupo de 5 homens (A, B, C, D e E) e 6 mulheres (M, N, O, P, Q e R), deverá ser formado um grupo de trabalho constituído de 3 homens e 3 mulheres, satisfazendo as seguintes condições:

- A se recusa a trabalhar com M e Q;
- B se recusa a trabalhar com N e P;
- C se recusa a trabalhar com P e R;
- D se recusa a trabalhar com N e R;
- E se recusa a trabalhar com N e Q;
- Q se recusa a trabalhar com N e R.

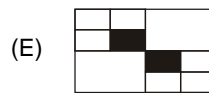
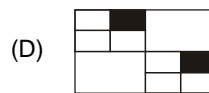
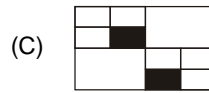
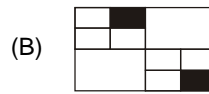
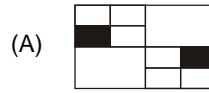
Se Q pertencer ao grupo, então os outros membros desse grupo serão

- (A) B, C, E, O e P.
- (B) B, C, D, M e O.
- (C) B, C, D, M e P.
- (D) B, C, D, N e O.
- (E) B, D, E, M e O.

22. Observe abaixo que há uma relação entre as duas primeiras figuras.



Se a mesma relação é válida entre a 3ª e a 4ª figuras, então a 4ª figura é



23. Para a implementação de uma biblioteca, um analista ministerial foi incumbido de dar plantões, num período de 30 dias. Durante esse período, observou-se que:

- sempre que deu plantão de manhã, também deu plantão à tarde;
- houve 10 manhãs e 6 tardes sem plantão.

Nessas condições, é verdade que houve

- (A) 7 dias sem plantão.
- (B) 6 dias de plantão só de manhã.
- (C) 4 dias de plantão só à tarde.
- (D) 22 dias de plantão de manhã e de tarde.
- (E) 28 dias de plantão de manhã ou de tarde.

24. Na beira de uma lagoa circular existe, dentre outras coisas, um bebedouro (B), um telefone público (T) e uma cerejeira (C). Curiosamente, uma pessoa observou que, caminhando de:
- B a T, passando por C, percorreu 455,30 metros;
 - C a B, passando por T, percorreu 392,50 metros;
 - T a C, passando por B, percorreu 408,20 metros.
- O perímetro da lagoa, em metros, é igual a
- (A) 942
- (B) 871
- (C) 785
- (D) 628
- (E) 571

25. Das 5 ternas abaixo, 4 delas têm uma mesma característica comum, baseada em operações com seus elementos, enquanto uma delas NÃO tem essa característica.
- (9, 1, 3) – (3, 2, 1) – (2, 3, 4) – (7, 4, 1) – (8, 5, 2)
- A terna que NÃO possui essa característica comum é a terna
- (A) (9, 1, 3)
- (B) (3, 2, 1)
- (C) (2, 3, 4)
- (D) (7, 4, 1)
- (E) (8, 5, 2)

26. No Windows XP Home Edition, em sua configuração padrão e original,
- (A) a ativação do Firewall do Windows é feita por intermédio do menu Arquivo do Windows Explorer.
- (B) a opção de desligamento automático do monitor, após um determinado tempo, está disponível em Opções de energia no Painel de controle.
- (C) não é possível a renomeação de um nome de arquivo clicando sobre o nome do arquivo com o botão direito do mouse.
- (D) após sua instalação, a alteração de uma conta de usuário fica bloqueada permanentemente para uso.
- (E) não é possível a exclusão de um arquivo clicando sobre o nome do arquivo com o botão direito do mouse.

27. A gravação de macros no MS-Word, em sua configuração padrão e original,
- (A) é feita por intermédio do menu Formatar.
- (B) serve para gravar uma seqüência de ações e grava até os movimentos do mouse em uma janela de documento.
- (C) somente pode ser utilizada por usuários autorizados e cadastrados na Microsoft Corporation.
- (D) serve para gravar uma seqüência de ações, mas não grava os movimentos do mouse em uma janela de documento.
- (E) é feita por intermédio do menu Editar.

28. Em uma planilha MS-Excel, inicialmente vazia, são registrados os valores 1, 2, 3 e 4, respectivamente nas células A1, B1, C1 e D1. A fórmula =A1*B1+C1*D\$1+E1 é digitada na célula A2 e essa é copiada para a célula D2. O resultado de D2 após a cópia da fórmula será igual a
- (A) -2.
- (B) -1.
- (C) 0.
- (D) 1.
- (E) 2.

29. No MS-PowerPoint, em sua configuração padrão e original, podem ser inseridos botões de ação por intermédio do menu
- (A) Editar.
- (B) Inserir.
- (C) Ferramentas.
- (D) Formatar.
- (E) Apresentações.

30. Permissão dada a um *hacker* para controlar o micro infectado, por uma porta aberta inadvertidamente pelo usuário. Normalmente é um programa que vem embutido em um arquivo recebido por e-mail ou *baixado* da rede. Ao executar o arquivo, o usuário libera uma função que abre uma porta para que o autor do programa passe a controlar o computador de modo completo ou restrito. Esta invasão, do tipo *backdoor*, por sua forma disfarçada de entrega, é frequentemente associada a um tipo de *malware* conhecido por
- (A) *trojan horse*.
- (B) *hoax*.
- (C) *stealth*.
- (D) *boot*.
- (E) *adware*.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. No que diz respeito ao poder constituinte, é correto afirmar que

- (A) o poder constituinte derivado se revela como independente, incondicionado e instituído.
- (B) o poder constituinte originário é caracterizado como autônomo, constituído e condicionado.
- (C) o legislador constituinte derivado tem por objeto a criação da constituição, sendo emanção direta da soberania popular.
- (D) a limitação à reforma constitucional é restrita ao seu conteúdo, ou seja, de ordem material.
- (E) o poder constituinte originário é poder de fato, enquanto o poder de reforma constitucional é jurídico.

32. É correto afirmar que o controle da constitucionalidade das leis pode ser

- (A) político e misto, quando a verificação da constitucionalidade é feita por órgão julgador no primeiro caso, e por órgão legislador e administrador na segunda hipótese.
- (B) difuso e concentrado, sendo o primeiro exercido só pelo tribunal de cúpula do Judiciário ou por uma corte especial, e o segundo por todos os componentes do Poder Judiciário.
- (C) preventivo e repressivo, sendo, de regra, o primeiro exercido tanto pelo Poder Legislativo como pelo Poder Executivo e, o segundo, pelo Poder Judiciário.
- (D) prévio e posterior, quando é exercido por via de exceção ou em medidas provisórias no primeiro caso, e por via de ação ou por comissões legislativas na segunda hipótese.
- (E) por ação e por omissão, ocorrendo o primeiro nas ações diretas ou indiretas de constitucionalidade, e na segunda hipótese nas ações interventivas.

33. A intervenção Federal dos Estados

- (A) tem a natureza de afastar definitivamente a autonomia estadual ou parcela desta.
- (B) é da essência do sistema de estado unitário, sendo que a União não age em nome da federação, mas sim do Estado.
- (C) autoriza a União, dentre outras situações, a intervir nos assuntos das pessoas administrativas federais.
- (D) é ato de que participam todos os Estados federados, todos intervindo conjuntamente, por meio da União.
- (E) não visa garantir a prestação de contas da Administração Pública e nem a paz social e a moralidade administrativa.

34. Tendo em vista o processo de criação da lei, é INCORRETO:

- (A) O Chefe do Executivo participa do processo de elaboração da lei, seja pela iniciativa, pela sanção ou pelo veto, sendo que esses dois últimos podem ser totais ou parciais.
- (B) A promulgação da lei é ato que visa dar conhecimento a todos de que a ordem jurídica recebeu norma nova, visando impedir que se alegue ignorância da lei e marcar o momento em que o cumprimento da lei passa a ser exigido.
- (C) A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.
- (D) A iniciativa da lei complementar cabe, dentre outros, às Comissões das Casas legislativas, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos pela iniciativa popular.
- (E) A constituição atribui certa preponderância à Casa legislativa revisora no encaminhamento do processo legislativo; é que esta pode arquivar o projeto sem ouvir a Casa iniciadora.

35. Em relação ao Sistema Tributário Nacional, considere:

- I. Vedação de utilizar tributo com efeito confisco.
- II. Todo aquele que praticar o fato gerador da obrigação tributária deverá pagar o tributo respectivo, salvo casos expressos de isenção fiscal outorgada em lei que especifique as condições e os requisitos para sua concessão.

Tais situações referem-se, respectivamente, aos princípios gerais da

- (A) proporcionalidade razoável e da universalidade.
- (B) personalização dos tributos e da igualdade tributária.
- (C) capacidade contributiva e da generalidade.
- (D) não-cumulatividade e da uniformidade tributária.
- (E) seletividade tributária e da não diferenciação tributária.

36. Em relação ao Ministério Público, considere:

- I. É incumbência do Ministério Público, entre outras, a defesa do regime democrático.
- II. A Constituição vigente considera o Ministério Público como órgão de cooperação nas atividades governamentais.
- III. São princípios institucionais do Ministério Público a indivisibilidade, a titularidade da ação penal, na forma da lei, e a requisição de diligências investigatórias.
- IV. Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

DIREITO ADMINISTRATIVO

37. O poder hierárquico é o que dispõe o Executivo para
- (A) praticar atos administrativos de sua competência, com liberdade de escolha quanto ao objeto, motivo e forma.
 - (B) punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos da Administração.
 - (C) expedir decretos autônomos com o objetivo de explicar a lei e demais atos normativos, para sua correta execução.
 - (D) condicionar o uso e gozo de bens, direitos e atividades individuais em detrimento da coletividade ou do próprio Estado.
 - (E) distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo uma relação de subordinação entre os servidores do seu quadro pessoal.

38. Durante a execução de um contrato de obra pública destinado à construção de um túnel, a empresa contratada pela Administração Pública deparou-se com condições geológicas surpreendentes e excepcionais, não cogitadas pelas partes quando da celebração do ajuste. Diante desta nova situação, que criou maiores dificuldades e onerosidades para o prosseguimento e conclusão dos trabalhos, a empresa poderá
- (A) pleitear judicialmente o reajuste da equação econômico-financeira com base no instituto denominado fato do príncipe.
 - (B) invocar a teoria da imprevisão, com o conseqüente aditamento do contrato e reajuste do preço originalmente pactuado.
 - (C) rescindir unilateralmente o contrato, oportunidade em que receberá a importância do que até então executou.
 - (D) paralisar imediatamente a execução do contrato, até que a Administração Pública reajuste o preço originalmente avençado.
 - (E) alegar a teoria do fato da administração, para obter administrativamente a rescisão do contrato de direito público.

39. Analise as seguintes proposições referentes aos atos administrativos:
- I. Nos atos de império, a Administração usa de sua supremacia sobre o particular para lhe impor unilateralmente e coercitivamente obrigatório atendimento.
 - II. A Administração, ao praticar um ato discricionário, poderá, de acordo com a conveniência e oportunidade, escolher sua forma, competência e finalidade.
 - III. Os atos de expediente são os praticados pela Administração, em situação de igualdade com o particular, para a conservação do patrimônio público e para a gestão de seus serviços.
 - IV. O ato administrativo simples resulta da manifestação de vontade de um único órgão, unipessoal ou colegiado.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) II, III e IV.

40. Dentre as entidades da administração indireta, a sociedade de economia mista caracteriza-se por ser pessoa jurídica de direito
- (A) público, destinada exclusivamente à prestação de serviços públicos, dotada de autonomia administrativa e financeira, bem como possuidora de patrimônio próprio.
 - (B) privado, autorizada por lei para a exploração de atividades econômicas, detentora de privilégios fiscais e constituída sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.
 - (C) público, criada por lei para a exploração de atividade econômica, com capital exclusivamente privado e organizada sob qualquer das formas empresariais admitidas em lei.
 - (D) privado, criada para a prestação de serviços públicos ou exploração de atividade econômica, contando com capital misto e constituída sob a modalidade de sociedade anônima.
 - (E) público, instituída por lei para a prestação de serviços públicos ou exploração de atividades econômicas, com capital público e dotada de autonomia administrativa e financeira.

41. No que tange aos bens públicos, é INCORRETO:
- (A) São bens públicos os dominicais, que constituem o patrimônio disponível das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
 - (B) A permissão de uso é o ato administrativo bilateral, vinculado e precário, por meio do qual a Administração faculta a utilização privativa de bem público, para fins particulares.
 - (C) Os bens públicos são, em regra, imprescritíveis, impenhoráveis e não passíveis de oneração.
 - (D) Autorização de uso é o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a Administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público, com exclusividade.
 - (E) Consideram-se bens de uso especial todas as coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, utilizadas pela Administração para a realização de suas atividades e consecução de seus fins.

42. Nos termos do que dispõe expressamente a Lei nº 8.429/92, constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário
- (A) adquirir, para si, no exercício do mandato, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio do agente público.
 - (B) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
 - (C) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
 - (D) negar publicidade aos atos oficiais.
 - (E) agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.

DIREITO CIVIL

43. Conforme o princípio da continuidade contido no Decreto-Lei nº 4.657/42, que trata da Lei de Introdução ao Código Civil, a lei, salvo determinados casos especiais,
- (A) revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido sua vigência, salvo disposição em contrário.
 - (B) entra em vigor na mesma data, em todo o território nacional, sendo simultânea sua obrigatoriedade.
 - (C) possui caráter permanente, uma vez que com sua entrada em vigor, produz seus efeitos até que seja revogada por outra, expressa ou tacitamente.
 - (D) em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
 - (E) começa a vigorar em todo o país em até 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada.

44. É correto afirmar:
- (A) Será permitido excepcionalmente, o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil, para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez.
 - (B) O nubente que der causa à suspensão da celebração do casamento, em virtude de arrependimento, poderá retratar-se no mesmo dia.
 - (C) As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser argüidas por qualquer pessoa capaz.
 - (D) O nubente, ainda que não esteja em iminente perigo de vida, poderá fazer-se representar no casamento nuncupativo, mediante procuração, por instrumento público ou particular.
 - (E) A habilitação exigida para o casamento será feita perante o oficial do Registro Civil e, após audiência com o juiz de direito, será homologada pelo Ministério Público.

45. Segundo disposto no Código Civil, o domicílio necessário do
- (A) servidor público corresponde ao lugar onde for encontrado.
 - (B) marítimo corresponde ao do porto onde estiver ancorado o navio.
 - (C) preso é o lugar onde transitou em julgado a sentença condenatória.
 - (D) incapaz é o do seu representante ou assistente.
 - (E) militar é o lugar em que ele estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

46. Em matéria de prescrição, analise as seguintes proposições:
- I. Aquele que for favorecido pela alegação da prescrição, pode renunciá-la durante seu curso.
 - II. O juiz pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição quando favorecer, dentre outros, o menor de 16 (dezesseis) anos.
 - III. Havendo acordo entre as partes, os prazos prescricionais podem ser alterados pelas partes.
 - IV. Quando o prazo prescricional iniciou-se com o autor da herança, seu sucessor disporá apenas do prazo faltante para exercer o direito de ação.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) II e IV.
 - (B) I e III.
 - (C) III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I, II e IV.

47. Com relação à invalidade do negócio jurídico, é INCORRETO:
- (A) O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.
 - (B) Dentre outros casos, é anulável o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude.
 - (C) Ressalvado o direito de terceiro, o negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes.
 - (D) No caso de coação, o prazo decadencial para pleitear a anulação do negócio jurídico é de quatro anos, contado do dia em que ela cessar.
 - (E) É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

48. Relativamente aos direitos reais, o usufruto
- (A) pode ser transferido aos sucessores legítimos do usufrutuário que faleceu quando ainda em vigor o prazo determinado de sua vigência.
 - (B) sucessivo é o constituído em favor de duas ou mais pessoas, ao mesmo tempo, extinguindo-se gradativamente em relação a cada uma das que falecerem.
 - (C) impróprio é o que tem por objeto coisas inconsumíveis e infungíveis, cujas substâncias são conservadas e restituídas ao nu-proprietário.
 - (D) instituído em favor da pessoa jurídica extingue-se pelo decurso do prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados da data em que se começou a exercer.
 - (E) não se pode transferir por alienação, mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

49. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, considere as seguintes assertivas a respeito do Ministério Público:

- I. O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.
- II. Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado dos atos relevantes do processo.
- III. Compete ao Ministério Público intervir, dentre outras, nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição e declaração de ausência.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

50. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, o juiz

- (A) deverá aplicar as normas legais no julgamento da lide, sendo vedado, na sua falta, recorrer à analogia.
- (B) poderá se eximir de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei, devendo fundamentar a sua decisão.
- (C) deverá aplicar as normas legais no julgamento da lide, sendo vedado, na sua falta, recorrer aos costumes.
- (D) apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.
- (E) decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe, porém, permitido conhecer de questões não suscitadas, mesmo se a lei exigir a iniciativa da parte.

51. Segundo o Código de Processo Civil brasileiro, os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Com relação aos prazos processuais, é correto afirmar:

- (A) Em regra, computar-se-á em dobro o prazo para contestar e em quádruplo para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.
- (B) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, porém se interrompe nos feriados.
- (C) Decorrido o prazo, extingue-se o direito de praticar o ato, mediante expressa declaração judicial.
- (D) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- (E) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

52. Considere as seguintes hipóteses:

- I. Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- II. Abandono da causa pelo autor por mais de trinta dias, por não promover os atos e diligências que lhe competir.
- III. Paralisação do processo durante mais de um ano por negligência das partes.
- IV. Oposição de exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal.

De acordo com o Código de Processo Civil, são hipóteses de suspensão do processo APENAS as indicadas em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) II e IV.

53. Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais exigidos no Código de Processo Civil,

- (A) extinguirá o processo com julgamento do mérito.
- (B) extinguirá o processo sem julgamento do mérito.
- (C) determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de dez dias.
- (D) determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de cinco dias.
- (E) determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de quinze dias.

54. De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, com relação ao pedido formulado na petição inicial, é correto afirmar:

- (A) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, porém deverá haver conexão entre eles.
- (B) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido se houver a respeito declaração expressa do autor.
- (C) É defeso ao autor formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.
- (D) Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo-se, entretanto, no principal, os juros legais.
- (E) O autor poderá aditar o pedido, antes e depois da citação, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa.

DIREITO PENAL

<p>55. A respeito da relação de causalidade, é certo que</p> <p>(A) nem todos os fatos que concorrem para a eclosão do evento devem ser considerados como causa deste.</p> <p>(B) a causa superveniente relativamente independente só exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado.</p> <p>(C) a causa superveniente totalmente independente exclui a imputação e o agente não responde sequer pelos fatos anteriores.</p> <p>(D) o resultado, de que depende a existência do crime, pode ser imputado a quem não lhe deu causa.</p> <p>(E) a causa superveniente totalmente independente não exclui a imputação e o agente responde pelo resultado.</p>	<p>59. A respeito do concurso de pessoas é correto afirmar que</p> <p>(A) é possível participação em crime omissivo próprio.</p> <p>(B) não há co-autoria em crime culposo.</p> <p>(C) é possível participação dolosa em crime culposo.</p> <p>(D) é possível participação culposa em crime doloso.</p> <p>(E) não é possível a participação por omissão em crime comissivo.</p>
<p>56. Tício é funcionário público e resolve desviar R\$ 2.000,00 em dinheiro do caixa da Prefeitura. No momento em que havia pensado em efetivar o desvio, se arrepende e deixa de fazê-lo. Nesse caso, Tício</p> <p>(A) responderá por crime de peculato consumado, porque houve início de execução e arrependimento posterior.</p> <p>(B) responderá por crime de peculato tentado, porque houve início de execução e arrependimento eficaz.</p> <p>(C) não responderá por crime de peculato, nem tentado, porque não houve início de execução.</p> <p>(D) responderá por crime de peculato tentado, porque houve início de execução e desistência voluntária.</p> <p>(E) responderá por crime de peculato tentado, porque houve início de execução, arrependimento posterior e desistência voluntária.</p>	<p>60. João é funcionário público e subtrai um saco plástico do interior da repartição onde trabalha como faxineiro, supondo conter dinheiro arrecadado pela Prefeitura. No entanto, o saco continha apenas lixo. Nesse caso, João</p> <p>(A) não responderá por peculato, porque não havia nexos causal entre a ação e o resultado.</p> <p>(B) não responderá por peculato, porque, por ineficácia absoluta do meio empregado, era impossível consumir-se o crime.</p> <p>(C) responderá por peculato consumado.</p> <p>(D) responderá por tentativa de peculato.</p> <p>(E) não responderá por peculato, porque, por absoluta impropriedade do objeto, era impossível consumir-se o crime.</p>
<p>57. NÃO é elemento do crime culposo</p> <p>(A) a conduta com inobservância do dever de cuidado objetivo.</p> <p>(B) a assunção do risco de produzir o resultado previsto.</p> <p>(C) o resultado lesivo involuntário.</p> <p>(D) a previsibilidade.</p> <p>(E) a tipicidade.</p>	<p>61. Na fixação da pena base, o juiz obedecerá às seguintes etapas:</p> <p>(A) circunstâncias judiciais, circunstâncias atenuantes, circunstâncias agravantes, causas de diminuição de pena e causas de aumento de pena.</p> <p>(B) circunstâncias atenuantes, circunstâncias agravantes, causas de diminuição de pena, causas de aumento de pena e circunstâncias judiciais.</p> <p>(C) circunstâncias agravantes, causas de aumento de pena, circunstâncias judiciais, circunstâncias atenuantes e causas de diminuição de pena.</p> <p>(D) causas de aumento de pena, circunstâncias judiciais, circunstâncias atenuantes, causas de diminuição de pena e circunstâncias agravantes.</p> <p>(E) circunstâncias agravantes, circunstâncias atenuantes, causas de aumento de pena, causas de diminuição de pena e circunstâncias judiciais.</p>
<p>58. A legítima defesa putativa</p> <p>(A) não exclui a tipicidade, a antijuridicidade, nem a culpabilidade.</p> <p>(B) é causa excludente da antijuridicidade material.</p> <p>(C) é causa excludente da antijuridicidade formal.</p> <p>(D) é causa excludente da culpabilidade.</p> <p>(E) é causa excludente da tipicidade.</p>	<p>62. Considere as seguintes ocorrências:</p> <p>I. Anistia, concedida por lei federal.</p> <p>II. Graça, concedida pelo Presidente da República.</p> <p>III. Enfermidade grave e incurável do agente.</p> <p>IV. Prescrição da pretensão punitiva do estado.</p> <p>V. Renúncia do direito de queixa na ação penal pública.</p> <p>Incluem-se dentre as causas extintivas da punibilidade as indicadas APENAS em</p> <p>(A) I, IV e V.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) II, III e V.</p> <p>(D) III e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p> <p>63. O art. 327 do Código Penal estabelece que se considera funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública. Para os efeitos penais, considera-se funcionário público, dentre outros, o</p> <p>(A) curador dativo.</p> <p>(B) tutor dativo.</p> <p>(C) perito judicial.</p> <p>(D) síndico da falência.</p> <p>(E) inventariante judicial.</p>

64. Pedro é fiscal de rendas e exigiu R\$ 3.000,00 de José para não autuar sua empresa por falta de recolhimento de tributos devidos. José não pagou a quantia exigida e Pedro lavrou o auto de infração e imposição de multa. Nesse caso, Pedro responderá por crime de
- (A) concussão tentado.
 (B) corrupção passiva consumado.
 (C) corrupção passiva tentado.
 (D) concussão consumado.
 (E) excesso de exação.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPPE

65. A Procuradoria Geral de Justiça é dirigida pelo Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 12/1994, compete ao Procurador Geral de Justiça, como órgão da Administração Superior,
- (A) propor ao Conselho Superior do Ministério Público o não vitaliciamento de membro do Ministério Público, na forma da lei.
 (B) realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça.
 (C) eleger o Corregedor Geral do Ministério Público, bem como destituí-lo no caso de abuso de poder ou grave omissão dos deveres do cargo.
 (D) indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade.
 (E) dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva officiar no feito.

66. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 12/94, o membro do Ministério Público, não reincidente, que deixar de tratar com urbanidade os magistrados, as partes, as testemunhas e os funcionários e auxiliares da Justiça, está sujeito à pena de
- (A) suspensão.
 (B) censura.
 (C) advertência.
 (D) demissão.
 (E) aposentadoria.

67. Considere as seguintes assertivas a respeito do quadro de pessoal e do plano de cargos, carreiras e vencimentos, de acordo com a Lei nº 12.956/05:
- I. O regime jurídico aplicado aos servidores públicos do Ministério Público é o estatutário.
 II. Ao membro ou servidor do Ministério Público é vedado manter, sob sua chefia imediata em cargo ou função de confiança, parente até quarto grau.
 III. A carga horária de trabalho a que estão obrigados os servidores do Ministério Público será de 34 (trinta e quatro) horas semanais, em dois períodos.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
 (B) I e III.
 (C) II e III.
 (D) I.
 (E) III.

68. A estrutura do vencimento do quadro de provimento efetivo dos servidores dos Quadros Permanente e Suplementar é formada por três Classes, denominadas A, B e C, escalonadas, cada classe, em doze referências. Com relação à estrutura de Remuneração prevista na Lei nº 12.956/05, é correto afirmar:
- (A) Os servidores do Ministério Público poderão receber o adicional noturno, quando realizarem serviço prestado em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte.
 (B) Para os cargos de Analista Ministerial, as Classes B e C são classes que poderão ser alcançadas exclusivamente mediante promoção por tempo de serviço.
 (C) O vencimento inicial da Classe B terá uma diferença percentual, em relação ao vencimento inicial da Classe A, de 5%.
 (D) O vencimento inicial da Classe C terá uma diferença percentual, em relação ao vencimento inicial da Classe A, de 15%.
 (E) Os servidores do Ministério Público não poderão receber o adicional por serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias.

69. De acordo com a Lei nº 6.123/68, considere as seguintes assertivas a respeito do Regime Disciplinar dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco:
- I. O funcionário público, que retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, está sujeito à pena de repreensão.
 II. O funcionário público, que coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza político-partidária, está sujeito à pena de suspensão.
 III. Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço sem justa causa, por mais de trinta dias consecutivos.
- É correto o que consta APENAS em
- (A) I.
 (B) III.
 (C) I e II.
 (D) I e III.
 (E) II e III.

70. De acordo com a Lei nº 6.123/68, com relação à posse e ao exercício, é correto afirmar:
- (A) É vedada qualquer forma de posse por procuração, sendo necessária a presença física do nomeado para efetivação do ato.
 (B) O exercício do cargo terá início obrigatoriamente no primeiro dia útil subsequente à data da posse.
 (C) A promoção interrompe o exercício, que recomeçará a contar no primeiro dia útil subsequente à data da nova posse.
 (D) O funcionário denunciado por crime funcional, em regra, não será afastado do exercício, até decisão final passada em julgado.
 (E) No cargo de provimento em comissão, é competente, para dar posse, a autoridade de hierarquia imediatamente superior.